

política

Governo Leite tem 10 dias para explicar barragens em APPs

Lei sancionada em 2024 é questionada no Supremo Tribunal Federal

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

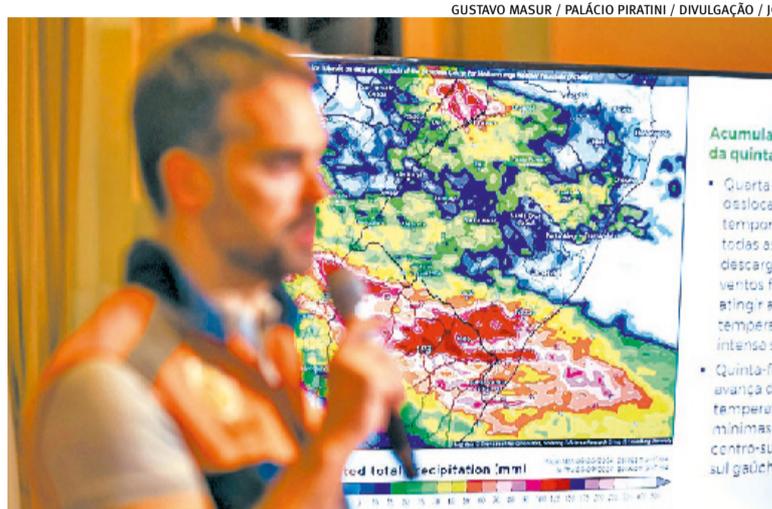
O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo de 10 dias para que o governo do Rio Grande do Sul e a Assembleia Legislativa gaúcha esclareçam a lei que autoriza a construção de barragens em áreas de preservação permanente (APPs), que alterou o Código Estadual do Meio Ambiente.

Fachin também enviou a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre o assunto para julgamento de mérito no plenário do Supremo, adotando assim rito sumário para avaliação. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) terão cinco dias para se manifestar, após os esclarecimentos das autoridades gaúchas. O documento foi expedido em 20 de maio pelo ministro do STF. A ação foi aberta pelo Partido Verde (PV).

O projeto que posteriormente se tornou a Lei 16.111/2024 foi aprovado em março pelo Parlamento gaúcho, após ser proposto pelo deputado Delegado Zucco (REP). A matéria recebeu 35 votos favoráveis e 13 contrários. Em abril, foi sancionada pelo governador Eduardo Leite (PSDB).

A alteração no Código Ambiental torna de utilidade pública e/ou interesse social obras de infraestrutura para irrigação de lavouras, como barragens – o que facilita o licenciamento. A proposta chegou a ir a plenário no final de 2023, mas foi retirada de pauta após encontrar resistências.

A nova lei torna de utilidade pública “as atividades de proteção sanitária, as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público estadual e as obras de infraestrutura de irrigação e desedentação animal, vinculadas às atividades agrossilvipastoris, para garantir a segurança alimentar e a segurança hídrica, respeitados os regulamentos de recursos hídricos, quando couber”, conforme o texto.



Governador responde à ação protocolada pelo Partido Verde no STF

O PV alega que essas alterações têm por objetivo flexibilizar regras ambientais para a construção de reservatórios dentro de áreas de APPs e por consequência, permitir intervenções variadas, como a supressão da vegetação nativa. Argumenta que a flexibilização do regime jurídico de proteção às APPs por norma estadual “promove continuidade empírica da devastação no âmbito do estado do Rio Grande do Sul”, conforme a ADI interpelada pelo partido.

A reportagem, a secretária nacional para assuntos jurídicos do PV nacional, Vera Motta, co-sinotária da ação, afirma que “houve um desrespeito às APPs”. “Para nós, não é uma questão de política partidária, é uma questão ambiental. Neste momento de transformação da sociedade, precisamos cumprir nossa função e a espinha dorsal do PV é a questão ambiental. A natureza não é um objeto à disposição da espécie humana. A natureza deve ser tratada como um sujeito de direitos”, afirmou a secretária.

Após o despacho do ministro Fachin, divulgou-se que a ação teria relação com as quase 500 mudanças no Código Estadual do Meio Ambiente realizadas pelo governo Leite em 2019, tema que voltou a ser latente após o atual desastre climático no RS. A ação, porém, trata exclusivamente da Lei 16.111/2024, que permitiu a construção de barragens em APPs.

A Procuradoria-Geral do Estado emitiu uma nota definindo o processo como praxe de rito: “A PGE esclarece que o despacho do ministro Fachin, no qual abre prazo para manifestação do Estado no âmbito de ação judicial que questiona legislação aprovada pela Assembleia Legislativa, é praxe dentro do rito processual”.

“Cabe lembrar, inclusive, que nos casos em que observam flagrante irregularidade ou prejuízo em determinada medida questionada, os ministros do STF, via de regra, concedem medida cautelar para suspender os efeitos. Não foi o caminho adotado pelo ministro Fachin”, acrescenta o comunicado.

o uso na plataforma e publicaram mais mensagens em espanhol. O TikTok, que é de propriedade da ByteDance, sediada em Pequim, está no centro de um acalorado debate, com políticos e autoridades argumentando que a plataforma representa uma séria ameaça à segurança nacional e

que, nas próximas semanas, contas de mídias ligadas a governos que anunciam na plataforma não poderão mais fazer anúncios fora de seus países de origem. A decisão surge poucos dias depois de um estudo realizado pela Brookings Institution afirmar que contas ligadas ao governo russo aumentaram

Senadores recebem pedido de apoio do governador para aportes da União

Senadores da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul ouviram nesta quinta-feira, in loco, reivindicações do governador Eduardo Leite (PSDB) para que o Estado possa se recuperar após as enchentes das últimas semanas. Entre essas reivindicações, está a de aportes do governo federal para compensar perdas de arrecadação sofridas pelo estado e recuperar a capacidade de investimentos. As informações são da Agência Senado.

Além de participar da audiência com Leite, prefeitos e autoridades do Estado, os senadores visitaram um hospital de campanha e um alojamento para famílias desabrigadas. Também houve a entrega de donativos arrecadados pela Liga do Bem, grupo de voluntários do Senado.

Aos senadores, o governador pediu apoio com relação às reivindicações do Estado. Algumas delas, na sua visão, podem ser incluídas em medidas provisórias em análise no Congresso. A principal é a de aportes para que o Rio Grande do Sul volte a ter capacidade de investir. Para ele, o adiamento das parcelas da dívida com a União não é suficiente para que o RS saia da situação em que se encontra.

Pelo texto aprovado pelo Congresso, o RS deve aplicar o valor correspondente às 36 parcelas suspensas da dívida em ações de enfrentamento da situação de calamidade. O montante das parcelas soma cerca de R\$ 11,5 bilhões.

“Se a União não pode fazer movimentos na quitação da dívida, então que faça, como fez na pandemia, o aporte ao Estado para compensar as perdas que temos. Se isso não for feito, o desejo que a União expressou, que é fazer com que o não pagamento da dívida se converta em capacidade fiscal para o Estado investir, não será capaz de promover os investimentos, na medida em que estaremos simplesmente amortecendo o impacto das perdas de arrecadação”, declarou Leite.

O presidente da comissão, se-

nador gaúcho Paulo Paim (PT), afirmou ter recebido um documento do governador, que ele fará chegar às mãos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP). Na visão de Paim, o governo federal está comprometido em ajudar o RS e os senadores farão tudo o que for possível pelo estado. Nos próximos dias, as demandas serão levadas ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

“Queremos, governador, ouvir aqui os prefeitos e Vossa Excelência para saber como podemos ajudar, e levaremos para o Congresso. Na próxima semana, conversaremos com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco e com o colégio de líderes. Há uma série de projetos que não vou listar aqui agora, de iniciativa de inúmeros senadores, que nós vamos apresentar”, informou Paim a Leite.

As enchentes atingiram diretamente mais de 2 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, obrigando mais de 600 mil a abandonar suas casas. Ao mesmo tempo, a infraestrutura do Estado foi severamente atingida, com destruição de estradas, pontes e alagamento do aeroporto internacional de Porto Alegre.

O vice-presidente da comissão, senador gaúcho Ireneu Orth (PP) chamou a atenção para os problemas enfrentados pelos agricultores. “Isso vai encarecer os produtos alimentícios já agora, lá na frente, não só no RS, mas no país inteiro, porque tem mercadorias daqui que abastecem outros mercados brasileiros. Nesses segmentos, é preciso incrementar”, disse o senador.

O senador gaúcho Hamilton Mourão (REP), relator da comissão, afirmou que o principal desafio agora é a urgência. Ele lembrou de medidas que foram adotadas durante a pandemia e disse que aquilo que deu certo pode e deve ser repetido. “Urgência: esse é o ponto. Não podemos esperar. Temos que tocar esse barco para andar e a nossa tarefa, dentro do Senado, dentro do Congresso, é criar as condições, facilitar o trabalho do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais.”

TikTok cria regras para limitar alcance de contas governamentais em outros países

/ REDES SOCIAIS

O TikTok está estabelecendo novas regras para limitar o alcance de contas de Estado que tentam exercer influência em outros países durante períodos eleitorais. A empresa, que passou a identificar de forma especial perfis ligados

a órgãos de Estado há dois anos, anunciou, em comunicado, que as contas identificadas que tentam “alcançar comunidades fora de seu país de origem sobre assuntos globais atuais” não aparecerão no feed principal, onde os usuários têm acesso aos vídeos

A plataforma também disse

o uso na plataforma e publicaram mais mensagens em espanhol.

O TikTok, que é de propriedade da ByteDance, sediada em Pequim, está no centro de um acalorado debate, com políticos e autoridades argumentando que a plataforma representa uma séria ameaça à segurança nacional e

poderia facilmente operar de acordo com interesses da China.

O TikTok negou as alegações e está processando o governo norte-americano por conta da lei que a forçaria romper laços com a empresa chinesa para continuar operando nos EUA. A ByteDance também é parte do processo.